

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Fevereiro 2023

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
Fevereiro 2023
v.2 n.2



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura mensal escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região no último mês.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professor coordenador da LEAP

Diego Santos Vieira de Jesus

Presidentes da LEAP

Maria Gabriela Veloso Camelo

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Diretores da LEAP

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

Sofia Mendes Magalhães

Beatriz Nardy de Queiroz

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Fevereiro/2023. Rio de Janeiro.

PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico

31p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

1

A CIBERSEGURANÇA DOS PAÍSES E ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

Rogério Holanda Zoghbi

2

ESPIONAGEM E VIGILÂNCIA: TENSÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA E REFLEXOS NA ÁSIA-PACÍFICO

Beatriz Nardy de Queiroz
Franciane da Silva Farias

3

O CHAMADO À DEMOCRACIA DE HONG KONG

Isabela Süssekind Rocha Torres
Laura Simões Jordão

4

O TIGRE E O DRAGÃO: AS DISPUTAS ENTRE ÍNDIA E CHINA

Fábio Almeida
Rubens Americano Alves de Brito Araujo

5

TRAUMAS PERSISTENTES E COMPENSAÇÕES: A POSTURA DA COREIA DO SUL NO PÓS-GUERRA DO VIETNÃ

Érico Azera Gonçalves da Rocha
Letícia Fernandes de Almeida

1

A CIBERSEGURANÇA NOS ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS NA ÁSIA-PACÍFICO

Rogério Holanda Zoghbi

“O governo norte-coreano [...] emprega atividades cibernéticas maliciosas para coletar inteligência, realizar ataques e gerar receita” (CYBERSECURITY AND INFRASTRUCTURE SECURITY AGENCY, tradução própria). Esta é a perspectiva da Agência Governamental de Segurança Cibernética e Infraestrutura (CISA) sobre o Estado norte-coreano, oficialmente República Popular Democrática da Coreia (RPDC). Ratificando-a, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) compartilha dessa perspectiva ao afirmar que a Coreia do Norte "realizou roubo cibernético contra instituições financeiras e bolsas de criptomoedas em todo o mundo, potencialmente subtraindo centenas de milhões de dólares, provavelmente para financiar prioridades do governo, como seus programas nucleares e de mísseis" (ANNUAL THREAT ASSESSMENT OF THE US INTELLIGENCE COMMUNITY, 2021, tradução própria).

Tornando mais compreensível o contexto no qual os EUA se encontra, descrito por alguns como uma nova Guerra Fria (O GLOBO, 2023), o Governo estadunidense almeja aumentar a sua influência e projeção sobre o Sudeste Asiático por meio de parcerias com países asiáticos, como a Coreia do Sul e o Japão. Isto ocorre para que possa reprimir ações disruptivas de Estados como China e Coreia do Norte, que contestam a sua predominância. O desejo da principal potência militar capitalista ocidental não apenas influencia a política externa de outros Estados, mas interfere na definição de pautas a serem seguidas por organizações intergovernamentais. Durante sua visita a Coreia do Sul em 30 de janeiro de 2023, o secretário-geral Jens Stoltenberg da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), afirma que a China, detentora da futura maior economia global (FORBES, 2022), e principal parceira comercial da Coreia do Norte, é um “desafio crescente para nossos valores, nossa segurança, nossos interesses” (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2023, tradução própria).

Dando prosseguimento aos interesses dos EUA na área de cibersegurança, o secretário-geral menciona em suas observações a cooperação da Coreia do Sul, oficialmente República da Coreia, como um membro contribuinte no Centro de Excelência em Defesa Cibernética Cooperativa da OTAN, além da participação coreana no exercício de coalizão cibernética, o maior exercício mundial sobre segurança e defesa cibernéticas. Além da Coreia do Sul, a participação do Japão como um membro contribuinte não surpreende, considerando a motivação estadunidense de adquirir aliados que facilitem sua expansão para o Sudeste Asiático.

Em relação à consonância entre objetivos da Coreia do Sul e dos EUA, os acontecimentos recentes demonstram uma harmonia nos discursos dos dois Estados. De acordo com oficiais sul-coreanos e estadunidenses, hackers apoiados pelo governo da Coreia do Norte realizaram ataques de ransomware, um malware criptografado incumbido de apreender dados, em provedores de assistência médica e outros setores nos Estados Unidos e na Coreia do Sul. Estas ações têm o intuito de usar os recursos adquiridos para financiar novos ataques cibernéticos a agências governamentais em Washington e Seul, visando a redes do Pentágono e fornecedores de defesa dos EUA, de acordo com o comunicado das agências de inteligência e segurança dos Estados Unidos e da Coreia do Sul (CNN, 2023). Almejando um olhar mais crítico sobre os valores estadunidenses, vale ressaltar os ataques realizados pelos EUA ao governo brasileiro em 2013, ao espionarem 29 números telefônicos de políticos brasileiros, incluindo a própria presidente Dilma Rousseff (G1, 2015), como uma lembrança que ações de Estados são motivadas por interesses próprios.

Simultaneamente às ações da OTAN, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) se prepara para fortalecer a cibersegurança desde 2017 com a criação da Estratégia de Cooperação em Cibersegurança da ASEAN. Um dos destaques é a aprovação de um estabelecimento da Equipe Regional de Resposta a Emergências Informáticas da ASEAN (CERT), cujos interesses incluem “facilitar e conduzir exercícios regionais de cibersegurança” e “fazer parceria com outras organizações internacionais e regionais em apoio a interesses e objetivos de segurança cibernética da ASEAN”. A principal parceira comercial da ASEAN, a China, busca expandir sua soberania para seu ciberespaço desde 2015, quando o presidente Xi Jinping definiu a ciber-soberania como “o direito de uma nação de desenvolver e regular sua internet” (DURAN; MOREIRA, 2021).

A República Popular da China passou a Lei de Cibersegurança no final de 2016, que foi recebida por críticas relacionadas à censura e controle de dados. Dito isto, de acordo com o Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP (NUPRI), pode-se dizer que “os pontos principais da lei podem ser resumidos em construir um sistema legal de cibersegurança, formalizar a capacidade de monitoramento e controle de informação e exigir a colaboração de empresas estrangeiras com as normas estabelecidas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOUT US. Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence (CCDCOE). Disponível em <https://ccdcoe.org/about-us/> . Acesso em 14 fev. 2023.

ANNUAL THREAT ASSESSMENT OF THE US INTELLIGENCE COMMUNITY. Office of the Director of National Intelligence, 09 abril. 2021. Disponível em <https://www.dni.gov/files/ODNI/documents/assessments/ATA-2021-Unclassified-Report.pdf> . Acesso em 14 fev. 2023.

ASEAN CYBERSECURITY COOPERATION STRATEGY. Association of Southeast Asian Nations (ASEAN). Disponível em https://asean.org/wp-content/uploads/2022/02/01-ASEAN-Cybersecurity-Cooperation-Paper-2021-2025_final-23-0122.pdf . Acesso em 14 fev. 2023.

DURAN, Felipe Pessoa; MOREIRA, Bernardo João do Rego Monteiro. Sobre a questão da ciber-soberania na China. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP (NUPRI), 11 nov. 2020. Disponível em <https://nupri.prp.usp.br/blog/sobre-a-questao-da-ciber-soberania-na-china/> . Acesso em 14 fev. 2023.

G1. EUA grampearam Dilma, ex-ministros e avião presidencial, revela WikiLeaks. G1, 04 jul. 2015. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html> . Acesso em 14 fev. 2023.

LYNGAAS, Sean. North Korean hackers extorted health care organizations to fund further cyberattacks, US and South Korea say. CNN, 09 fev. 2023. Disponível em <https://edition.cnn.com/2023/02/09/politics/north-korea-cyber-health-care-ransom/index.html> . Acesso em 14 fev. 2023.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. Remarks by NATO Secretary General Jens Stoltenberg at the CHEY Institute during his visit to the Republic of Korea. NATO, 30 jan. 2023. Disponível em https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_211296.htm . Acesso em 14 fev. 2023.

NORTH KOREA CYBER THREAT OVERVIEW AND ADVISORIES. Cybersecurity and Infrastructure Security Agency (CISA). Disponível em <https://www.cisa.gov/uscert/northkorea> . Acesso em 14 fev. 2023.

RIZZI, Andrea. Uma nova guerra fria entre os EUA e a China se desenha no tabuleiro global. O GLOBO, 12 fev. 2023. Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/02/uma-nova-guerra-fria-entre-os-eua-e-a-china-se-desenha-no-tabuleiro-global.ghtml> . Acesso em 14 fev. 2023.

SAUL, Derek. China And India Will Overtake U.S. Economically By 2075, Goldman Sachs Economists Say. FORBES, 06 dez. 2022. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/dereksaul/2022/12/06/china-and-india-will-overtake-us-economically-by-2075-goldman-sachs-economists-say/?sh=43824d0e8ea9> . Acesso em 14 fev. 2023.

2

Espionagem e vigilância: tensões entre Estados Unidos e China e reflexos na Ásia-Pacífico

Beatriz Nardy de Queiroz
Franciane da Silva Farias

No dia 2 de fevereiro de 2023, um balão de vigilância chinês foi avistado no espaço aéreo norte-americano sobre o estado de Montana, que abriga 100 mísseis balísticos intercontinentais em silos na Base Aérea de Malmstrom (CNN, 2023). Quando os Estados Unidos identificaram o balão, o Governo chinês afirmou de imediato que apenas se tratava de um aparato tecnológico usado para pesquisas meteorológicas, mas que desviou da sua rota por conta dos ventos (CINZENTO, 2023). Após passar dias sobrevoando o território estadunidense, o balão foi derrubado no mar no estado da Carolina do Sul, no leste do país.

Autoridades norte-americanas afirmaram que “instâncias desse tipo de atividade de balão foram observadas anteriormente nos últimos anos” (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2023, tradução nossa), contudo, este aparentava estar pairando por um longo período de tempo. Ademais, a autoridade dos EUA disse que houve incidentes semelhantes envolvendo supostos balões de vigilância chineses sobre o Havaí e Guam nos últimos anos (CNN, 2023). Em contrapartida, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, afirmou em uma coletiva de imprensa realizada no dia 13 de fevereiro que “desde o ano passado, balões de alta altitude dos EUA sobrevoaram o espaço aéreo chinês mais de dez vezes sem autorização da China” (CHINA, 2023).

O recente episódio, contudo, não é incomum. As grandes potências possuem um histórico de vigilância e espionagem uma sobre as outras, e ambos os países – Estados Unidos e China – se monitoram ativamente com os seus satélites (CONEXÃO GEO, 2023). Os satélites, todavia, não são a única forma de vigilância utilizada pelos países; segundo Wenbin, “os navios e aeronaves militares dos EUA realizam frequentes reconhecimentos próximos à China, incluindo 657 excursões no ano passado e 64 excursões em janeiro deste ano apenas no Mar da China Meridional, o que prejudica seriamente a segurança nacional da China e a paz e estabilidade regional” (CHINA, 2023).

Além das acusações de espionagem, a China está sendo acusada de ferir as normas do Direito Internacional, e foi pautada nesta acusação a decisão dos Estados Unidos de abater o balão chinês. Enquanto os Estados Unidos usam o argumento do Direito Internacional para acusar a potência Asiática, a China se utiliza do mesmo argumento para se defender, indicando o uso indevido da força para abater o balão. (AGÊNCIA EFE, 2023).

Esse certamente não é um ponto fora da curva na relação entre os dois países, ao longo da história as relações diplomáticas sino-americanas podem ser definidas como no mínimo complexas e repletas de camadas. Fazendo uma breve retrospectiva, desde a Guerra da Coreia (1950-1953) até a década de 1970, Estados Unidos e China ocuparam lados opostos no cenário internacional. Ainda que não fossem declaradamente inimigos, os Estados Unidos demoraram um tempo considerável para reconhecer a República Popular da China, além de lhe impor embargos comerciais. Essa postura do lado estadunidense também influenciou outros países da região que optaram por reconhecer Taiwan como um Estado, em detrimento da República Popular da China. A China por sua vez, fez uma forte propaganda interna contra o capitalismo e contra os Estados Unidos. Até a década de 1970, o afastamento entre os dois países permaneceu por questões mais latentes como a Guerra do Vietnã, ora por questões internas de ambos os países, como a Revolução Cultural da China (1966-1976) e mudanças na política Norte Americana, como a presidência de Richard de Nixon. Oficialmente, a República Popular da China só foi reconhecida como legítima por parte dos Estados Unidos a partir de 1979 (ARBAGE, 2021).

No entanto, é importante considerar que esse “reconhecimento” não veio da noite para o dia, e que resultou também de mudanças da política externa americana com a “diplomacia triangular” implementada pelo então presidente americano, Richard Nixon. Fortemente defendida pelo secretário de Estado americano Henry Kissinger, a Diplomacia Triangular consistia em uma aproximação entre três países: Estados Unidos, China e União Soviética. Nesse momento, China e Estados Unidos tinham um interesse em comum: diminuir a influência da União Soviética na Ásia, e resultou em importantes acenos que moldaram o mundo como ele é hoje, porém, o ato mais importante para essa reflexão foi a visita do presidente Nixon à China.

É possível dizer que ao longo da primeira década dos anos 2000 houve uma aproximação entre os países, que naquele momento encontravam pontos de convergência como o combate ao terrorismo e a expansão de armas nucleares. No entanto, na história recente das relações bilaterais, é notável uma sequência de “altos e baixos”. Desafetos causados pela batalha comercial em um momento em que Estados Unidos se torna a maior potência econômica do mundo e da ascensão chinesa como uma potência emergente em fóruns e instituições internacionais, se tornaram frequentes, mas não necessariamente latentes, porque ao mesmo tempo em que ambos os Estados trocam acusações em relação a questões comerciais, disputas por patentes, e direitos humanos, o comércio entre eles também é bastante significativo, sendo a China o segundo maior parceiro comercial dos Estados Unidos, e Estados Unidos o primeiro da China. Em 2022, o comércio entre os dois países fechou em US \$760 bilhões. (VALOR ECONÔMICO, 2023)

O fato é que crises diplomáticas entre esses dois atores ocorreram em diferentes momentos da história, mas nunca culminando em medidas mais drásticas. A depender do momento, China e Estados Unidos foram capazes de fazer sinalizações que apontassem não só para a aproximação, mas também para a cooperação, mesmo após momentos de crise. Acusações de espionagem de tempos em tempos, fissuras diplomáticas e faíscas causadas pela disputa comercial fazem parte dessa relação repleta de camadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBAGE, J. (2021). A Diplomacia Triangular: Nixon, Kissinger e a China. *Epígrafe*, 10(2), 89-120. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v10i2p89-120>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

CHINA. Foreign Ministry Spokesperson Wang Wenbin's Regular Press Conference on February 13, 2023. Disponível em http://us.china-embassy.gov.cn/eng/lcbt/wjbfyrbt/202302/t20230213_11024546.htm. Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

CINZENTO, Victor. Ponto a ponto: entenda o caso do balão misterioso no espaço aéreo americano e a crise diplomática entre EUA e China. G1, 05 fev. 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/02/05/ponto-a-ponto-entenda-o-caso-do-balao-misterioso-no-espaco-aereo-americano-e-a-crise-diplomatica-entre-eua-e-china.ghtml>utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias. Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

CNN. O que sabemos sobre o misterioso balão chinês que está sobrevoando os EUA. 03 fev. 2023. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-sabemos-sobre-o-misterioso-balao-chines-que-esta-sobrevoando-os-eua/?amp>. Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

CONEXÃO GEO. Conexão GEO 221: Espionagem chinesa em forma de balão. Comandante Leonardo Mattos. 10 fev. 2023. Podcast. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vS8mOKYiW74>. Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

PAIVA, Marco Caramuru. “China-EUA: uma leitura da trajetória da disputa pela hegemonia.” Revista CEBRI, ano I, n. 4, dezembro de 2022. Disponível em <https://cebri.org/revista/br/artigo/31/china-eua-uma-leitura-da-trajetoria-da-disputa-pela-hegemonia>. Acesso em 12 de fevereiro de 2023.

PECEQUILO, C. S.; CARMO, C. A. do. A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica? / China, the International System and the South: peaceful rise?. Brazilian Journal of International Relations, Marília, SP, v. 3, n. 1, p. 31–69, 2014. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3549>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

REDAÇÃO AL JAZEERA. Al Jazeera, 2023. Will China exercise restraint after US downing of ‘spy’ balloon? Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/5/china-holds-off-on-responding-to-us-downing-of-balloon-for-now>. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

CREDAÇÃO AGÊNCIA EFE. EFE, 2023. “EUA alegam que derrubaram balão chinês com respaldo no direito internacional.” Disponível em <https://efe.com/pt-br/portada/2023-02-06/eua-alegam-que-derrubaram-balao-chines-com-respaldo-no-direito-internacional-para-derrubar-balao-chines/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

REDAÇÃO VALOR ECONÔMICO, 2023. “Comércio entre EUA e China bate recorde em 2022.” Disponível em <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/01/17/comercio-recorde-minimiza-temor-de-descolamento-economico-eua-china.ghtml>. Acesso em 19 de fevereiro de 2023.

S. NYE JR., J. The Future of U.S. China Relations | O Futuro das Relações China - Estados Unidos. Brazilian Journal of International Relations, Marília, SP, v. 4, n. 1, p. 07–20, 2015. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/4996>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. DoD Statement on High-Altitude Surveillance Balloon. 02 fev. 2023. Disponível em <https://www.defense.gov/News/Releases/Release/Article/3287173/dod-statement-on-high-altitude-surveillance-balloon/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2023.

3

O CHAMADO À DEMOCRACIA DE HONG KONG

Isabela Süssekind Rocha Torres

Laura Simões Jordão

Desde 1997, Hong Kong é governado como uma Região Administrativa Especial (RAE) pertencente à República Popular da China (RPC), cuja administração sobre o território é regida a partir da *Hong Kong Basic Law*, responsável por instituir a política de “um país, dois sistemas” (*Yī Guó Liǎng Zhì* 一国两制). A resolução, desenvolvida por Deng Xiaoping, visava facilitar a reintegração nacional de Hong Kong, Taiwan e Macau à soberania chinesa, ao permitir a vigência de regimes capitalistas no sistema socialista chinês. No entanto, apesar da preservação de seu sistema político e econômico – e a garantia de determinado grau de autonomia, incluindo a independência dos poderes executivo, legislativo e judiciário até 2047 – o domínio chinês sobre Hong Kong permanece extremamente presente na esfera política, diplomática e de segurança honconguesa (YINGJIN, 2004; ALBERT, 2014).

Em 2014, a onda de protestos na região não foi capaz de alterar a postura do Estado chinês frente à governança de Hong Kong. Além de considerar qualquer manifestação como um possível desafio à “regra de partido único” do país, Pequim percebia as reivindicações por democracia na região como particularmente ameaçadoras, devido ao status da cidade como um centro econômico internacional (ALBERT, 2014, p. 4). Nesse sentido, em decorrência da recusa estatal em atender as demandas populares, os grupos da sociedade civil de Hong Kong permaneceram em massa nas ruas para defender os valores democráticos liberais da cidade. Já em 2019, a população retomou massivamente às ruas após o governo honcongues propor um projeto de lei que permitiria a extradição de suspeitos para a China continental, levando à crescente interferência da RPC na autonomia da região, facilitada por autoridades locais subservientes a Pequim. Como consequência do esmagamento agressivo dos protestos de 2019, o Estado chinês impôs, em 2020, a Lei de Segurança Nacional de Hong Kong (NSL, na sigla em inglês), visando substituir a ordem constitucional liberal garantida na *Hong Kong Basic Law* e reafirmar sua autoridade soberana inerente para governar a região como desejar (DAVIS, 2022).

Nos meses posteriores, quase todos os membros da oposição pró-democracia em Hong Kong foram presos ou se exilaram, enquanto os tribunais jurídicos foram atacados e a imprensa e as universidades silenciadas. Ainda em 2020, o tribunal de Hong Kong iniciou o processo de julgamento dos 47 líderes do movimento pró-democrático, devido à organização de uma votação primária não oficial que os levou a serem acusados pelo crime de conspiração e subversão, conforme previsto na Lei de Segurança Nacional. A referida votação, realizada em julho de 2020, objetivava descobrir quais candidatos estariam em melhor posição para concorrer contra os candidatos pró-Pequim, ou seja, a pesquisa se baseava na intenção de voto comum nas eleições anteriores do país. De acordo com as autoridades locais, foi uma "conspiração cruel" destinada a "paralisar o governo e minar o poder do Estado" ao bloquear a legislação em seu mandato (CNN, 2023). Em janeiro de 2021, dos 47 presos, apenas 13 pagaram a fiança e foram liberados, enquanto os demais aguardam a sentença, que pode variar entre 3 a 10 anos de prisão por "participação ativa" na conspiração e entre 10 anos a prisão perpétua caso sejam considerados "infratores principais". (AL JAZEERA, 2023). Dentre os "47 de Hong Kong", conforme ficou conhecido o grupo de ativistas pró-democracia, 16 se declararam inocentes e 31 assumiram sua culpabilidade e esperam a deliberação judicial.

Neste sentido, o julgamento se apresenta como uma consequência direta do amplo poder da Lei de Segurança Nacional imposta por Pequim, sob a justificativa de adquirir maior controle, segurança e estabilidade para a cidade após os fortes protestos antigovernamentais em 2019. No entanto, a medida tem atuado, na prática, como um amparo jurídico para silenciar a oposição organizada de forma arbitrária. De acordo com Maya Wang, pesquisadora sênior sobre⁷China da Human Rights Watch, os "47 de Hong Kong" são um claro resultado do trabalho do governo chinês para sufocar os movimentos democráticos e qualquer ativismo pacífico (HRW, 2022).

Por estar sob influência das restrições da LSN, o julgamento é duramente criticado pela sociedade civil e levanta dúvidas acerca da imparcialidade e da justiça envolvida no processo. Como resultado das objeções, houve a remoção do banco do júri e a transferência do caso para julgamento por três juízes designados pelo chefe executivo de Hong Kong. Assim, neste processo jurídico que deverá durar 3 meses, está em disputa não apenas o futuro dos ativistas, mas também a força da democracia em Hong Kong.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Eleanor. Democracy in Hong Kong. Washington , D.C.: Council on foreign relations, 2014.

AL JAZEERA, 2023. Democracia “em julgamento” enquanto Hong Kong 47 se prepara para enfrentar o tribunal. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/3/democracy-on-trial-as-hong-kong-47-prepare-to-face-court> . Acesso em 14 fev. 2023.

CNN, 2023. Começa o julgamento histórico de segurança nacional de ativistas pela democracia de Hong Kong. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/02/06/asia/hong-kong-national-security-law-subversion-trial-explainer-intl-hnk/index.html> . Acesso em 14 fev. 2023.

DAVIS, Michael. Hong Kong: how Beijing perfected repression. Journal of Democracy, v. 33, n. 1, p. 100-115, jan. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH, 2022. Hong Kong: 47 legisladores e ativistas enfrentam julgamento injusto. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/08/22/hong-kong-47-lawmakers-activists-face-unfair-trial> . Acesso em 14 fev 2023.

YINGJIN, Wang. Estudos sobre “um país, dois sistemas” nos últimos 20 anos: retrospectiva e perspectiva. Revista Administração, n. 64, vol. XVII, p. 449-471, 2004.



O TIGRE E O DRAGÃO: AS DISPUTAS ENTRE ÍNDIA E CHINA

Fábio Almeida

Rubens Americano Alves de Brito Araujo

As tensões entre a República Popular da China e a República da Índia remontam o pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Quando a Índia conquistou sua independência em 15 de agosto de 1947, a República Popular da China lutava uma sangrenta guerra civil contra a República da China, que veio a se encerrar em 1949, quando o Kuomintang fugiu para a ilha de Formosa (Taiwan). (NOORANI, 2011, pp.1)

Em 1950, a República Popular da China ocupou a região do Tibete, o que fez aumentar em grande medida sua fronteira com a Índia para além da região de Xinjiang. Embora, até então, as relações entre Índia e China fossem cordiais, tendo os dois países assinado os “Cinco Pontos de Coexistência Pacífica”, um documento que reforçava essas relações amistosas, os embates fronteiriços entre ambos os países começaram em 1959 com a eclosão de uma revolta separatista em Lhasa, capital do Tibete, contida pela China com grande violência. A República da Índia ofereceu asilo ao 14º Dalai Lama, dentre outros colaboradores tibetanos, o que piorou em larga medida sua relação com os chineses, liderados por Mao Zedong. A falta de um consenso sobre um critério de definição das fronteiras impediu a estabilização da região e contribuiu para que as tensões se elevassem. Para a República da Índia, a linha Johnson, estabelecida pelos britânicos, colocava a região de Aksai Chin, na Caxemira, como parte do Domínio da Índia, e, sendo a República da Índia seu Estado sucessor, a posse da região seria garantida aos indianos (NOORANI, 2011, pp.4). Embora as fronteiras indianas incluíssem, durante milhares de anos, a região de Aksai Chin, diversas tentativas de estabelecer uma fronteira, seguindo diferentes interpretações dos colonizadores britânicos foram feitas.

Os problemas dessas demarcações, embora urgentes, não foram resolvidos pelos britânicos, o que tornou a questão das fronteiras muito problemática (NOORANI, 2011, pp.33). Nem mesmo as negociações que se seguiram em 1960 foram suficientes para resolver o problema da demarcação das fronteiras.

Foi em 1962 que as tensões fronteiriças entre ambos os países pela posse da região de Aksai Chin, sob controle da China, escalaram para uma guerra aberta de um mês com a Índia, que reivindicava Aksai Chin como parte da região de Ladakh desde o final da década de 1940. No fim, os chineses expulsaram as tropas indianas da região de Aksai Chin e de Arunachal Pradesh e impuseram um cessar-fogo unilateral com os indianos. Em 1967, 1987 e 2017 os dois países se enfrentaram em pequenos conflitos fronteiriços, demonstrando que a questão das fronteiras ainda não estava resolvida. Desde então as tensões entre China e Índia mantêm-se elevadas.

Recentemente, entre 2020 e 2021 os países voltaram a se enfrentar ao longo da linha de controle real (LAC), isto é, a fronteira real ocupada por ambos os países, na ausência de um acordo que satisfaça suas ambições.

Em 2020, e alastrando-se ao longo de 2021, as disputas territoriais sobre a região de Ladakh, compartilhada pela China e Índia, continuam a escalar consideravelmente. As tropas chinesas montaram barracas e levaram suprimentos à fronteira compartilhada, desencadeando em um confronto armado entre ambas as tropas indianas e chinesas. Como aponta a narrativa indiana, os chineses ao supostamente avançarem o que se define como o lado indiano da região, apresentam efetivamente um atentado contra a soberania indiana e sua integridade territorial.

O conflito, que, como alegam os chineses, custou à China quatro de suas tropas, fez com que a Índia perdesse territórios em Hot Springs, Gogra Post e os planos em Depsang em Ladakh (ANBARASAN, 2021). Em setembro de 2021, após tentativas de negociação, as tropas chinesas e indianas acordaram em se retirar e voltar aos seus postos. Em dezembro de 2022, tropas chinesas e indianas entraram em conflito no distrito de Tawang, no estado indiano de Arunachal Pradesh em sua fronteira montanhosa; contudo, após esforços de desescalada, o conflito cessou sem maiores prejuízos.

As tensões entre China e Índia possuem recortes particularizados que remetem às suas relações históricas, como foi apresentado; porém, considerando as características estruturais do sistema internacional anárquico, pode se inferir que há maiores camadas para este conflito.

A disputa entre China e Índia, embora, novamente, possua suas próprias características, não se resume somente a esses dois Estados. O *Belt and Road Initiative*¹(BRI, sigla em inglês) e a Parceria Indo Pacífica²(PIP), como projetos antagônicos em relação às pautas de segurança e investimentos na região da Ásia-Pacífico, trazem mais atores para o conflito, principalmente os Estados Unidos (DEMIR, 2020). O conflito, nesses contornos, não diz respeito a uma, ou algumas, querelas pontuais, mas sim a um reflexo de um equilíbrio de poder mais amplo na região da Ásia-Pacífico. A expansão naval e comercial da China através do financiamento de importantes projetos de infraestrutura na região e da rede de empréstimos que criou (HEMMINGS; HULL, 2018; PRAZERES, 2020) preocupa a Índia e os Estados Unidos. Em especial, o que causa preocupação para esses dois Estados é a clara intenção de expansão da China ao longo do Oceano Índico, que lhe concederia uma via naval e comercial direta que também lhe daria a possibilidade de estabelecer postos de abastecimento, seguindo com sua estratégia de “Colar de Pérolas” (DEMIR, 2020, p.101). Diante do fato de que demais países da região, como Vietnã e as Filipinas, veem-se receosos em relação à expansão da China por meio da BRI, a PIP, liderada pelos Estados Unidos e contando com membros como Índia e Japão, demonstra, justamente, uma tentativa de conter a expansão chinesa ao Índico e outras regiões (DEMIR, 2020).

1 As ambições do Belt and Road Initiative (BRI) são diversas. Como aponta Demir (2020, p.100-102), uma das possíveis grandes ambições da China através deste projeto é de redirecionar a ordem regional da Ásia Pacífica para uma particularmente sinocêntrica, que compactua com os interesses e valores propagados pela China. Nesse sentido, o BRI, liderando um projeto de regionalização protagonizado pela China, visa não só trazer maior desenvolvimento econômico para a região, através de investimentos chineses em infraestrutura e o aquecimento do comércio exterior na região, mas também visa conectar toda a Ásia por via de seis corredores econômicos terrestres, juntando a China a regiões econômicas passando pela Rússia, Myanmar, Bangladesh, Paquistão, Mongólia, Indochina e, de maneira geral, as regiões da Ásia central e do oeste da Ásia (DEMIR, 2020 p.100). O BRI pode então ser considerado um projeto político, econômico e de segurança, tendo em vista que há ambições da China de assegurar postos de reabastecimento ao longo do Oceano Índico e construir gasodutos e oleodutos que burlam o Estreito de Malaca, pois este é assegurado por forças navais americanas e indianas, para garantir um fluxo constante e diversificado de energia. É importante salientar que, embora haja interesse específico na Ásia Pacífica, o BRI não se resume somente à Ásia. Mais de 126 países, incluindo países na Europa, América Latina e Oriente Médio, fazem parte da iniciativa, indicando que pode haver uma tentativa da China de se reinserir como um ator alternativo às instituições, sobretudo financeiras, que compõem a ordem liberal ocidental atual (DEMIR, 2020, p.102).

2 A Parceria Indo Pacífica (PIP) representa uma tentativa dos EUA de contrabalançar as distorções no equilíbrio de poder na Ásia que a China representa para os interesses estadunidenses (NATO, 2022). Como aponta o relatório estratégico da OTAN sobre a região Indo-Pacífica de 2022, a PIP, reunindo o Japão, Indonésia, Austrália e Índia, visa propor um embate em termos econômicos e de segurança à expansão da China. Através de investimentos em desenvolvimento e infraestrutura, os EUA, maior credor da PIP, possui o intuito de estreitar alianças com os países mencionados e, com isso, garantir que regiões geoestratégicas, como o oceano Índico, estejam ao alcance de importantes aliados como a Índia (NATO, 2022). O interesse dos EUA na região da Ásia Pacífico, ou da região Indo Pacífico, como preferem se referir, não se manifesta somente ao PIP. O Indo-Pacific Economic Framework For Prosperity (IPEF), contando com uma dúzia de parceiros iniciais, como Índia, Japão e Austrália, membros da PIP, visa intensificar as relações econômicas entre atores importantes da Ásia Pacífico, com projetos comuns de fortificação econômica, dinamizando a governança das cadeias de suprimento localizadas na região, e projetos de inovação tecnológica e energética (FACT SHEET ... 2022). Contudo, o governo estadunidense mantém olhares individualizados nessa região, considerando que as mudanças propostas pelo IPEF podem trazer maior capacidade às empresas, aos fazendeiros e aos trabalhadores estadunidenses de 1) penetrarem no mercado asiático e de 2) solidificar as cadeias de suprimento para que sejam mais resilientes às disrupções que impactam o aumento dos preços dos bens e serviços (FACT SHEET ... 2022).

O que se apresenta interessante em toda essa questão é, como aludido anteriormente, o componente estrutural que fundamenta esse conflito. A Ásia, em termos da balança regional de poder, se encontra em uma situação de multipolaridade (NATO, 2022). Ou seja, existem, atualmente, 6 potências lá situadas ou próximas da região que possuem, em termos de poder concreto, arsenal nuclear: os EUA, Rússia, China, Índia, Paquistão e República Popular Democrática da Coreia (NATO, 2022, p.20). A multipolaridade na região, como a própria definição de multipolaridade indica, apresenta uma instabilidade real na região, tendo em vista que se ampliam as fontes possíveis de ameaça. Não se pode estabelecer, a princípio, se há ou não uma multipolaridade desbalanceada na região, em que um Estado, em um sistema multipolar, se vê com uma vantagem em relação aos outros em termos de, ambos, poder concreto, militar, e poder latente, sobretudo econômico; contudo, a China e a Índia em 2021, como consta em um relatório sobre a região “Indo Pacífico” da OTAN (NATO, 2022, p 20-21) ocuparam 63% de todo o gasto militar na região. Nesse sentido, a China, com um gasto de 293 bilhões de dólares em seu exército em 2021, marcou um aumento de um pouco mais de 4% em comparação com o ano anterior, 2020 (NATO, 2022, p.21). Há, assim como por razões de crescimento em relação ao PIB nominal, motivos para os EUA estarem alertas em relação à China, especialmente pelo fato de que, como consta no relatório da OTAN, a influência da China na região até então é maior do que a dos EUA (NATO, 2022, p.20). O equilíbrio de poder, logo, está desequilibrado, pendendo para o lado chinês. Todavia, ainda que relevante, isso não significa que o status dos EUA como único hegemom regional esteja concretamente ameaçado; esses indicativos em isolamento para a China não são autoevidentes e, logo, não levam a essa conclusão de maneira direta.

O ponto fundamental, contudo, é que, mesmo que a expansão da China pela Ásia-Pacífica alerte os EUA, ainda é cedo para afirmar que há um esforço nítido de balanceamento bruto por parte das 6 principais potências da região, contra algum suposto aspirante a hegemom regional ou contra os EUA, que ainda é bastante superior no quesito militar do que a China, por exemplo (NATO, 2022, p.20-21). Nesse sentido, os EUA não³ são ameaçados diretamente para tomar medidas mais incisivas de *offshore balancing* ou de *buck passing*, delegando essa tarefa a outra potência na região, assim como não parece haver esforços claros de balanceamento externo por parte das outras 5 potências na região.

Considerando que há multipolaridade na Ásia, esforços de balanceamento interno também não parecem ocorrer, muito embora, como mencionado, há um aumento da capacidade militar da China e Índia nos últimos anos (NATO, 2022).

Ainda que o envio de tropas estado-unidenses para Guam (SIM, 2023) possa apontar para um offshore balancing mais incisivo por parte dos EUA, o papel do BRI e da PIP se torna mais importante diante do que se entende como *soft balancing*, ou balanceamento brando. Balanceamento brando não é o mesmo que *soft power* ou poder brando, pois não diz respeito a atributos que pertencem a Estados, tampouco à capacidade de influência que um Estado possui sobre as ações e os desejos de outro através de meios não violentos ou militares (PAPE, 2005, p.17). Balanceamento brando, na verdade, assim como o balanceamento convencional, se trata de um conjunto de estratégias que um Estado pode adotar para alterar o equilíbrio de poder no sistema; contudo, essas estratégias, diferente do balanceamento convencional, envolve meios não militares e, com isso, não pressupõe o fortalecimento de um Estado para que possa enfrentar outro, mas sim minar a capacidade do Estado mais forte de se utilizar dos meios militares que possui (PAPE, 2005, p.36-43). O BRI e o PIP, ainda que tenham interesses em segurança, não são alianças militares ou coalizões e, por isso, não se encaixam como esforços explícitos de balanceamento externo. Contudo, promovendo formas de financiamento, investimentos em infraestrutura e desenvolvimento e garantindo um conjunto de parceiros que freiem a expansão de ambos China e EUA pela Ásia Pacífico, o BRI e a PIP, em graus diferentes e opostos, possuem papel fundamental na maneira com que se tem feito balanceamento na região.

Como consequência, o conflito entre Índia e China se desdobra em de duas camadas distintas, porém não mutuamente excludentes: em relação às disputas fronteiriças particulares ao longo da LAC e no tabuleiro multipolar da Ásia Pacífico, atuando como balanceadores estratégicos em relação ao controle do Índico, do Estreito de Malaca como zona comercial e de abastecimento, e do mar do Sul da China (DEMIR, 2020; NATO, 2022, p.13).

³ Em 2021, os EUA tiveram um gasto total de 801 bilhões de dólares no setor militar, com um aumento de 24% no financiamento em P & D no intervalo de tempo entre 2012 e 2020 (NATO, 2022, p.21).

Ambas as instituições, BRI e PIP, atuam como pontos de balanceamento brando em três diferentes frentes: econômica - criando alianças e compromissos por meio dos financiamentos e investimentos; territorial - impedindo, por meio das alianças, o acesso a regiões chave da Ásia, como o Índico; e de coordenação - criando compromissos e interesses comuns que facilitam a cooperação e uma maior coordenação entre uma grande quantidade de membros (PAPE, 2005, p. 37; DEMIR, 2020, p.102). Sendo a Índia aliada aos EUA e membro da PIP, ela, freando as expansões da China, está inserida nesse esforço de balanceamento brando, ainda que possua ressalvas em relação aos interesses dos EUA no Índico.

A multipolaridade, como mostram Waltz (1979) e Mearsheimer (2001), coloca maior peso sobre as alianças e coalizões. Tanto o BRI quanto a PIP demonstram isso, não por meio do balanceamento bruto, como advogam Waltz e Mearsheimer, mas pelo brando como ilustra Pape (2005). De todo modo, as disputas entre Índia e China revelam de que forma a região da Ásia-Pacífico - e particularmente a região do mar do Sul da China e o Oceano Índico - carrega para si ambições políticas e geopolíticas que se apresentam diante de distintas camadas, tanto em nível particular quanto sistêmico. É importante também mencionar que iniciativas de cooperação como os BRICS reduzem as formas de livre exercício do poder da China, Índia e EUA, criando incentivos para que o uso da força como via principal para se buscar interesses não se torne o caso. Todavia, ainda que essas instituições tenham impacto na forma com que o conflito pode ou não escalar, elas não foram, até então, suficientes para eliminar as tensões por completo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANBARASAN, Ethirajan. China-India clashes: No change a year after Ladakh stand-off. BBC NEWS. Pangong Tso, Ladakh, 01 jun. 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-57234024>. Acesso em: 04 jul. 2021.

China x Índia: o que é a Linha de Controle Real, pela qual as duas potências asiáticas brigam há décadas.G1, 2020. Disponível em China x Índia: o que é a Linha de Controle Real, pela qual as duas potências asiáticas brigam há décadas | Mundo | G1 (globo.com) . Acesso em: 22 fev. 2023.

DEMIR, Emre. Competing regional visions: China's Belt and Road initiative versus the Indo-Pacific partnership. In: ROSSITER, Ash & CANNON, Brendon J. Conflict and Cooperation in the Indo-Pacific: New Geopolitical Realities. London and New York: Routledge,2020, p. 94-114.

7

FACT SHEET: In Asia, President Biden and a Dozen Indo-Pacific Partners Launch the Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity. The White House, 2022. Disponível em FACT SHEET: In Asia, President Biden and a Dozen Indo-Pacific Partners Launch the Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity - The White House Acesso em: 22 fev. 2023

HEMMINGS, John; HULL, Genevieve. The New Great Game in the Indo-Pacific. E-International Relations, 2018. Disponível em The New Great Game in the Indo-Pacific (e-ir.info) . Acesso em: 20 fev. 2023.

India and China troops clash on Arunachal Pradesh mountain border. BBC News, 2022. Disponível em India and China troops clash on Arunachal Pradesh mountain border - BBC News . Acesso em: 20 fev.2023

MEARSHEIMER, John J. The tragedy of great power politics. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

NATO. Regional Perspectives Report on the Indo-Pacific: Strategic Foresight Analysis. Norfolk: 2022

NOORANI, A.G. India–China Boundary Problem 1846–1947: History and Diplomacy. New Delhi: Oxford University Press India, 2011.

PAPE, Robert. Soft Balancing against the United States. International Security, Vol. 30, No. 1, 2005.

PRAZERES, Tatiana. Novos rumos para o projeto do século? Folha de S.Paulo, São Paulo, 12 de junho de 2020.

SIM, Dewey. As US military 'encircles' China, does Asean 'quietly welcome' it?. This Week in Asia, 2023. Disponível em <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3209836/us-military-encircles-china-does-asean-quietly-welcome-it> . Acesso em: 17 fev. 2023.

WALTZ, Kenneth N. Political structures. Theory of international politics. New York: McGraw-Hill, 1979.

The Himalayan Border Crisis. - Chinese Offensive in Ladakh and North-East Frontier Agency. - 100-Mile Chinese Advance in N.E.F.A. - Unilateral Cease-Fire by Chinese Forces. Keesing's Record of World Events, 1962. Disponível em <https://web.stanford.edu/group/tomzgroup/pmwiki/uploads/2094-1962-12-KS-a-JHS.pdf> . Acesso em: 23 fev. 2023.

5

TRAUMAS PERSISTENTES E COMPENSAÇÕES: A POSTURA DA COREIA DO SUL NO PÓS-GUERRA DO VIETNÃ

Érico Azera Gonçalves da Rocha

Letícia Fernandes de Almeida

As relações entre a Coreia do Sul e o Vietnã têm enfrentado recentemente algumas tensões, em decorrência do reconhecimento do governo sul-coreano sobre as violações cometidas durante o conflito no Vietnã na segunda metade do século passado. Esse reconhecimento é inédito, visto que se passaram 60 anos desde o término da guerra, que deixou traumas e lembranças pesadas em ambos os países. Um exemplo desse movimento em direção a uma retratação mais explícita foi o veredicto histórico emitido pela corte sul-coreana a favor de Nguyen Thi Thanh, uma vítima vietnamita que, aos oito anos de idade, foi baleada no estômago por fuzileiros navais sul-coreanos que também mataram cerca de 70 civis na província central de Quang Nam, em 1968. Agora, com 63 anos, Nguyen Thi Thanh foi compensada pelo governo da Coreia do Sul. Essa decisão tem gerado um aumento no debate entre os dois países e suscitado discussões sobre a necessidade de uma abordagem mais aberta e transparente em relação ao passado, visando melhorar as relações futuras.

A Guerra do Vietnã foi um dos conflitos mais significativos do século XX. Ocorrida no contexto da Guerra Fria, essa disputa ideológica, política, militar e estratégica entre as duas grandes potências mundiais pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), patrocinava e incentivava grupos rebeldes e Estados ao redor do mundo, incluindo a Coreia e o Vietnã. Ambas as potências visavam atingir seus objetivos políticos através de seu poder de influência sobre outros territórios, oferecendo apoio político, subsídios, tropas e investimentos como ferramenta de incentivo para que os territórios em questão agissem de acordo com a agenda estadunidense ou soviética.

Nesse sentido, é importante mencionar os conflitos que envolveram a Coreia do Sul e o Vietnã, a Guerra das Coreias (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1955-1975), respectivamente, no contexto da Guerra Fria, que tiveram desdobramentos políticos e diplomáticos até os dias atuais.

É preciso reconhecer que o conflito na Indochina, região que engloba Laos, Camboja e Vietnã, foi caracterizado por lutas de guerrilha, guerra tecnológica e uma intensa separação entre os territórios do norte e do sul, implicando em um apoio polarizado, com o norte sendo apoiado pelos soviéticos e o sul pelas potências ocidentais.

No contexto da forte polarização ideológica entre capitalismo e socialismo, Ho Chi Minh emerge como um líder progressista no Vietnã do Norte, representando o Partido Comunista da Indochina e o movimento nacionalista Viet Minh, fundado por ele em 1948 na China com o objetivo de conquistar a independência do Vietnã da França. Em 1945, a então República Democrática do Vietnã conquistou a independência, embora os Estados Unidos tenham apoiado a luta anti-colonial como forma de conter o expansionismo japonês nas ex-colônias francesas.

No entanto, com o mundo bipolarizado, os Estados Unidos suspenderam o apoio a Ho Chi Minh e ao Viet Minh para manter distância do marxismo-leninismo. Em 1949, o Vietnã do Sul tornou-se uma monarquia sob o imperador Bao Dai, acentuando ainda mais a divisão ideológica entre o norte comunista e o sul recém-independente e supostamente sob ameaça comunista, com apoio francês e estadunidense. A guerra entre as partes envolvidas era praticada através de guerrilha e guerra irregular, com pequenos grupos de combatentes e paramilitares com alta mobilidade, o que contribuiu para a prolongação do conflito e o aumento da violência.

Os Estados Unidos desempenharam um papel significativo no conflito, adotando diversas medidas que, em razão das limitações impostas pela guerra irregular, não obtiveram êxito e perpetuaram formas de violência nos territórios em disputa. Embora os norte-americanos não tenham vencido o conflito, a contenção da ameaça soviética a médio prazo e a posterior queda da URSS levam alguns historiadores americanos a não considerar o conflito uma falha total dos Estados Unidos, embora a ideia geral seja de que a guerra foi mal sucedida, culminando com a conquista do Vietnã do Sul pelo Vietnã do Norte após a rendição.

Em um determinado período histórico, a Guerra da Coreia foi caracterizada por um conflito entre as partes norte e sul da Península Coreana, que resultou na

divisão em dois países: a Coreia do Sul (República da Coreia) e a Coreia do Norte (República Democrática Popular da Coreia). Embora os conflitos tenham tido naturezas diferentes, países como os Estados Unidos enxergavam os comunistas na Coreia e no Vietnã como parte de uma "Guerra Maior" contra a influência soviética, o que levou a conclusão de que a derrota das forças do Vietnã do Norte representaria uma falha do movimento anticomunista.

O então presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, deixou claro que os franceses no Vietnã estavam lutando a mesma guerra que eles na Coreia, solidarizando-se com a França. Devido à sua aliança com os EUA, a Coreia do Sul ofereceu apoio militar ao Vietnã do Sul durante a guerra, enviando cerca de 320 mil soldados para a região entre 1964 e 1973. Durante o conflito, as tropas sul-coreanas estiveram envolvidas em várias operações, incluindo defesa de postos avançados, controle de movimentos nas estradas e missões de busca e destruição. No entanto, a participação dos soldados coreanos na guerra foi controversa, com acusações de atrocidades cometidas contra cidadãos vietnamitas, incluindo estupros e massacres, gerando protestos na Coreia do Sul e criando tensões entre os dois países.

Atualmente, o relacionamento político entre os dois Estados ainda é volátil e tenso, uma herança da Guerra Fria. O reconhecimento da responsabilidade do governo sul-coreano pelas mortes e práticas violentas no Vietnã repercutiu em razão do contraste com as medidas adotadas anteriormente. O tribunal sul-coreano decidiu que o país será responsável pelas mortes e práticas violentas no Vietnã, indo contra o argumento adotado até então pelo país de que não poderia ser responsabilizado pelos acordos assinados na época da guerra entre a Coreia do Sul, o governo sul-vietnamita e os Estados Unidos. No entanto, o ministro da defesa sul-coreano, Lee Jong-Sup, afirmou em um comitê parlamentar que os soldados de seu país não cometeram massacres contra os vietnamitas na década de sessenta e indicou que o governo irá contestar a decisão da corte sul-coreana de compensação de Nguyen Thi Thanh, acentuando ainda mais as tensões que envolvem as consequências do envolvimento sul-coreano na guerra e as relações atuais entre os dois países.

É notável a existência de demandas para que a Coreia do Sul indenize as vítimas vietnamitas do conflito, especialmente as afetadas pelo Agente Laranja, herbicida tóxico pulverizado por soldados sul-coreanos e estadunidenses no território vietnamita com o intuito de destruir a vegetação e

ocultar esconderijos e coberturas utilizados pelos vietnamitas durante a guerra. Após anos de negociações, o governo sul-coreano decidiu oferecer quinhentos mil dólares como incentivo à limpeza e descontaminação das áreas afetadas, em especial a província central de Quang Tri, uma das mais intensamente afetadas pelo herbicida. Esse gesto representa um importante marco na tentativa de reparar os danos causados à população vietnamita, o que pode contribuir para a melhoria das relações entre os dois países.

No entanto, a questão da compensação das vítimas vietnamitas da guerra é alvo de controvérsias. Enquanto a sociedade civil mundial e ativistas sul-coreanos defendem reparações financeiras mais abrangentes e significativas, incluindo compensações individuais para as vítimas e suas famílias, o governo sul-coreano se posiciona predominantemente afirmando que não pode ser responsabilizado pelas vítimas de guerra, de acordo com os acordos e políticas adotadas pelo governo. Em contrapartida, o governo tem adotado a estratégia de estar disposto a ajudar o Vietnã no desenvolvimento do país, sem associações diretas com a guerra, e negando compensações individuais. Recentemente, a decisão do governo sul-coreano em compensar Nguyen Thi Thanh representou um passo importante para reconhecer e reparar os danos causados às vítimas vietnamitas. Entretanto, a questão continua sendo objeto de debates e controvérsias entre diferentes atores sociais e políticos.

A questão do legado da participação da Coreia do Sul na Guerra do Vietnã e suas relações atuais com o Vietnã diante da comunidade internacional tem sido objeto de um debate mais amplo. Enquanto alguns sul-coreanos consideram a Guerra como uma parte importante da aliança do país com os Estados Unidos e um exemplo da bravura dos mais de trezentos e vinte mil soldados sul-coreanos, além da consolidação da emergência do país como potência econômica global, outros defendem que as atrocidades cometidas e o custo humano da guerra foram muito altos, e que o país deve assumir a responsabilidade por seu papel no conflito. Contudo, a questão da compensação às vítimas permanece controversa, com ativistas sul-coreanos e a sociedade civil mundial pedindo reparações mais significativas. O governo sul-coreano, por sua vez, tem afirmado que não pode ser responsabilizado pelas vítimas da guerra, embora esteja disposto a fornecer ajuda ao Vietnã para promover seu desenvolvimento, negando compensações individuais até a recente decisão do governo sul-coreano, que foi contestada pelo ministro da defesa.

Para uma análise mais completa das relações entre a Coreia do Sul e o Vietnã, é importante considerar tanto o histórico entre ambos os países quanto as medidas adotadas por seus governos que podem ou não fomentar a integração. Ambos os países foram afetados pelas políticas das superpotências durante a Guerra Fria, o que agravou os conflitos e gerou resultados violentos que são debatidos até hoje. No entanto, as iniciativas bilaterais adotadas pela Coreia do Sul e pelo Vietnã indicam que suas relações vêm sendo construídas com base na confiança mútua e na cooperação econômica após a Guerra do Vietnã. Isso é evidenciado pela continuidade dos esforços de ambos os países para cultivar a confiança mútua e as relações bilaterais, mesmo diante da pandemia de Covid-19. Embora haja opiniões divergentes sobre o papel da Coreia do Sul na Guerra do Vietnã, é importante reconhecer a necessidade de assumir a responsabilidade por quaisquer danos causados e promover a reconciliação com o Vietnã.

As visitas parlamentares entre a Coreia do Sul e o Vietnã são um indicador significativo dos esforços governamentais para fortalecer suas relações bilaterais. Em 2021, ocorreram visitas importantes do porta-voz da Assembleia Nacional da Coreia do Sul, Park Byeong-Seug, e do presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Vuong Dinh Hue. Essas visitas foram fundamentais para a construção de confiança mútua entre os dois países.

Ademais, durante a visita do presidente vietnamita Nguyen Xuan Phuc a Seul, em dezembro de 2022, foi anunciada a criação de uma aliança compreensiva e estratégica entre os dois países, indicando uma crescente cooperação mútua. Além disso, outras medidas de cooperação incluem a doação de doses de vacina contra a Covid-19 pela Coreia do Sul e a exportação de 200 toneladas de ureia pelo Vietnã para ajudar a Coreia do Sul a enfrentar as restrições comerciais impostas pela China em outubro de 2021.

A avaliação do progresso e das perspectivas das relações bilaterais deve levar em conta tanto o histórico dessas relações quanto as medidas adotadas pelos governos. É importante mencionar que a relação entre a Coreia do Sul e o Vietnã tem sido marcada por esforços mútuos de cooperação, diálogo e confiança, especialmente após a Guerra do Vietnã e a emergência dos dois países como potências econômicas.

Embora a construção de uma aliança estratégica seja um objetivo central das relações bilaterais, existem questões delicadas que precisam ser consideradas. Por exemplo, a questão das vítimas vietnamitas da Guerra e a divisão governamental da Coreia do Sul quanto a essa questão. É crucial que essas questões controversas sejam tratadas com responsabilidade e sensibilidade para que a cooperação entre ambos os países possa ser plenamente efetiva.

Em resumo, a relação entre a Coreia do Sul e o Vietnã tem sido marcada por iniciativas mútuas de cooperação, diálogo e confiança, e as visitas parlamentares e as medidas de cooperação econômica e no combate à pandemia da Covid-19 evidenciam o fortalecimento da parceria entre os dois países. No entanto, é crucial que as questões históricas e controversas sejam abordadas de forma responsável e sensível para que a cooperação possa ser plenamente efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMSTRONG, Charles K. *America's Korea, Korea's Vietnam*. *Critical Asian Studies*, v. 33, n. 4, p. 527-540, 2001. DOI: 10.1080/146727101760107415.

DONG-HOON, Seol; JUNGMIN, Seo. Dynamics of ethnic nationalism and hierarchical nationhood: Korean nation and its otherness since the late 1980s. *Korea Journal*, v. 54, n. 2, p. 5-33, 2014.

GRIFFITHS, James. The 'forgotten' My Lai: South Korea's Vietnam War massacres. *CNN*, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/02/23/asia/south-korea-vietnam-massacre-intl/index.html>. Acesso em: 26 fev. 2023.

HONG-KOO, Han. South Korea and the Vietnam War. In: YI, Pyöng-ch'ön. *Developmental Dictatorship and the Park Chung-hee Era*. Homa & Sekey Books, 2006, pp. 248-269.

KIM, Byung-Kook; VOGEL, Ezra F. (Eds.). *The Park Chung Hee Era: The Transformation of South Korea*. Harvard University Press, 2011. DOI: 10.4159/harvard.9780674061064.c14.

KIM, Tong-Hyung. South Korean defense minister denies Vietnam War massacres. *Washington Post*, 17 fev. 2023. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/south-korean-defense-minister-denies-vietnam-war-massacres/2023/02/17/96ad9ac4-1a85-11ec-96c0-814ed689b06c_story.html. Acesso em: 26 fev. 2023.

LEE, Min Yong. The Vietnam War: South Korea's Search for National Security. In: KIM, Byung-Kook; VOGEL, Ezra F. (Eds.). *The Park Chung Hee Era: The Transformation of South Korea*. Cambridge, MA and London, England: Harvard University Press, 2013. p. 403-429. DOI: 10.4159/harvard.9780674061064.c14.

SHIN, Gi-Wook; SIN, Ki-uk. *Peasant protest & social change in colonial Korea*. University of Washington Press, 1996.

SOUTH Korean defence minister denies Vietnam War massacres. *Al Jazeera*, 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/17/south-korean-defence-minister-denies-vietnam-war-massacres>. Acesso em: 26 fev. 2023.



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

